

A O F E S A

3ª FASE JULHO DE 1987 Nº 738

PRÓPRIA - SERGIPE

OS ACAMPADOS JUNTO À BR EM PROPRIÁ

Juarez Conrado

Ainda os sem terra

A situação em Propriá, gerada pelos chamados "sem terra", está deixando bastante preocupados os proprietários de fazendas naquela região, hoje ameaçados por esse grupo de pessoas, que, segundo eles, insuflados pelo bispo da Diocese, D. José Brandão de Castro, insiste em invadir as propriedades.

Ontem, à tarde, um grupo de fazendeiros, tendo à frente o Dr. Aloísio Barbosa Porto, e integrado, ainda, dos fazendeiros Ciro Carvalho Tavares, João Maria Tavares, Wilson Barbosa Porto, Antônio Caetano Filho, Maura Lima Trindade, Armando Porto Ferreira, Afonso Pacheco, Jackson Guimarães, Maria Cabral Caetano e Antônio Cabral Tavares, esteve em Aracaju a fim de solicitar providências das autoridades contra tal estado de coisas que, de acordo com o que alegaram, é seriamente preocupante.

Alegando sempre que à frente dos invasores está o bispo D. José Brandão de Castro, os prejudicados fazem ainda sérias acusações aos políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores que, como declarou o Dr. Aloísio Porto, utilizam o carro chapa preta da Assembleia Legislativa, que serve ao deputado Marcelo Ribeiro, para as viagens por toda a região, conduzindo os insufladores.

Alegam, por outro lado, que a situação é mais grave quando se sabe que muitos desses "sem terra" são pessoas que jamais viveram em Propriá e que ali são levadas pelos mentores desse movimento a exemplo do que aconteceu, no passado, com a Fazenda Santana dos Frades.

Depois de desapropriada pelo governo do estado, os beneficiados conseguiram levantar dinheiro junto ao Banco do Brasil a título de melhorar as propriedades e, ao invés de aplicá-lo nas terras preferiram gastá-lo de outra maneira, tendo, já hoje, abandonado aquela propriedade.

Os prejudicados, que tentaram contato com o governador do estado, afirmaram que a situação é muito séria e, para evitarem o pior, acreditam que uma providência urgente será tomada.

A TARDE — QUARTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 1987

Bem perto do Estádio "Governador João Alves Filho" é que se encontra o acampamento dos "SEM TERRA" de Propriá. Ali se aglomeram em algumas barracas cobertas de lona 55 famílias, somando ao todo mais de 150 pessoas. Não se trata de um bando de vagabundos, nem de pessoas de mau caráter que estejam sonhando com alguma fortuna. São pessoas dadas ao trabalho, de mãos calejadas e pele curtida pelo sol quente do Nordeste. Não foram insuflados pelo Bispo de Propriá, nem por nenhum de seus imediatos colaboradores.

Sem terra para plantar, resolveram unir-se num grupo coeso e acampar nas terras, conhecidas como Morro do Chaves, no dia 24 de junho. Mas uma ordem judicial os obrigou a sair e é por isso que levantaram suas barracas no local em que se encontram, no presente momento.

Eles não querem roubar terra de ninguém, pois nunca foram ladrões. Querem apenas que seja cumprida a Lei da REFORMA AGRÁRIA, a qual determina que, as terras não devidamente aproveitadas deverão ser preferidas para assentamento dos SEM-TERRA.

No caso em pauta, como em outros mais, a ocupação não foi de forma alguma comandada pela Diocese de Propriá. O papel da Diocese não é o de instigar lavradores a invadir terras desocupadas, mas o de orientar os lavradores para que fiquem firmes no esforço de lutar pela REFORMA AGRÁRIA.

Sendo a terra em questão praticamente inaproveitada para a agricultura, os lavradores a ocuparam pacificamente, a fim de chamar a atenção do Poder Público sobre um latifúndio que bem poderia ser desapropriado. A ocupação foi feita de maneira pacífica, tendo

os camponeses atendido imediatamente à ordem judicial que no dia seguinte para eles foi lida, na presença de um contingente da força policial.

UM FATO NOVO ?

As ocupações de terras inaproveitadas pelo Brasil a fora não é mais um fato novo. Constituem, como se sabe, uma medida pacífica dos lavradores sem terra, que assim alertam as autoridades para a gravidade do problema que atinge uma multidão de brasileiros.

Nada de estranho, portanto, na medida tomada pelos lavradores de Propriá e suas adjacências. Acampados agora em terras do Estado, passando embora privações e enfrentando a incompreensão dos duros de coração, aguardam esperançosos a desapropriação.

A Diocese de Propriá tem feito apelo às pessoas de boa vontade, que têm levado para eles auxílios em alimentos. Estão contando com o apoio das famílias de Propriá, bem como de entidades e pessoas amigas a capital do Estado.

E, mais ainda, o INCRA já tomou as primeiras iniciativas com vistas à desapropriação da área.

ESTEJAM TRANQUILOS

Os fazendeiros nomeados na lista acima da crônica de Juarez Conrado não se apavorem. O homem do campo não é ladrão, mas o homem do campo está agora por dentro das leis do País. E toda atenção contra informações falsas! Os posseiros de Santana dos Frades estão lá, tranquilos, nas terras desapropriadas, trabalhando honradamente. E os antigos donos de Santana dos Frades foram muito bem indenizados.

D. José, Bispo de Propriá.

25 DE JULHO: DIA DO TRABALHADOR RURAL



No dia 25 de julho foi comemorado em todo o Brasil o dia nacional do Trabalhador Rural. Esse dia foi caracterizado como um dia de luta, ação e organização, em favor da Reforma Agrária e de mobilização pelos direitos dos trabalhadores e fortalecer a greve geral marcada para o dia 12 de agosto.

A origem da comemoração do dia 25 de julho como um dia de luta do trabalhador rural remonta do ano de 1824. Foi nesse dia que chegaram ao sul do país os primeiros trabalhadores rurais imigrantes da Europa. No início, a data era comemorada apenas pelos trabalhadores rurais imigrantes, celebrando a conquista da terra.

Com o passar do tempo, essa data foi sendo adotada pela maioria das localidades rurais, expandindo-se por todo o país. Principalmente nos últimos dez anos, o dia 25 de julho foi adquirindo a marca de dia de luta, num símbolo da classe trabalhadora do Brasil. Assim apesar da origem da data não estar diretamente ligada a uma luta concreta da classe, na verdade, a cada ano os trabalhadores foram transformando num dia de luta.

Mas, por outro lado, os donos do poder sempre tiveram interesse em monopolizar a data, marcando-a como um dia de festejos. Não satisfeito com is-

so, o General Emílio Garrastazu Médici, na década de 1970, baixou um decreto criando um outro dia. Impôs 25 de maio como sendo o dia do Trabalhador Rural, que foi promulgado nesta data.

A situação dos trabalhadores rurais em todo país é a pior possível. A cada dia o capitalismo avança sobre o campo, explorando os trabalhadores e concentrando ao máximo terras e riquezas. Milhares de trabalhadores são obrigados a vender suas terras. Milhões não conseguem mais terras para trabalhar. Muitos se tomam bóias-frias e outros são obrigados a migrar para as cidades grandes.

O latifúndio armado, juntamente com a polícia e sob a proteção do governo, continua matando impunemente. Só nos dois últimos anos, em plena nova república, 360 lavradores foram assassinados por conflitos ligados com a posse da terra.

Em Sergipe as manifestações se realizaram na cidade de Graciosa, com o apoio do movimento dos Sem Terra - MST, Central Única dos Trabalhadores - CUT, Partido dos Trabalhadores - PT e Diocese de Propriá. A manifestação começou às 10 horas com uma missa e encerrou às 15 horas com uma passeata e um ato público.

SERTANEJOS OCUPAM FAZENDA

Na madrugada do dia 16 de julho, 89 famílias de trabalhadores rurais sem terra, ocuparam a fazenda São Clemente, no município sertanejo de Poço Redondo (SE). A referida propriedade tem uma área de aproximadamente 6.000 hectares, o proprietário é conhecido por Dr. Nilsom e reside em Aracaju.

A fazenda São Clemente fica a 3 km depois do povoado Santa Rosa do Ermírio e já se encontrava abandonada há vários anos. A maioria dessas famílias sem terra que ocuparam este latifúndio improdutivo são do povoado Santa Rosa do Ermírio, as demais são das povoadas conhecidas por Risado, Rancho Velho, Guia, Pé da Serra, sendo todas no município de Poço Redondo.

Na região de Santa Rosa este ano não irá haver colheita de feijão, as chuvas foram poucas e as plantações não re-

sistiram. Um dia de trabalho para homem é em média Cz\$ 50,00 e mulher Cz\$ 25,00; isto quando se encontra. Os lavradores da região estão indo embora para Bom Jesus da Lapa na Bahia ou vão trabalhar na construção da barragem do Xingó em Canindé do São Francisco (SE).

Se a maioria dos trabalhadores rurais de Poço Redondo estão sem terra para plantar e trabalhar é porque o município é profundamente marcado pelo latifúndio. Os maiores proprietários rurais do município são: Paes Andrade, Murilo Dantas, Digenal Queiroz, Manoel Messias, Martinho Bravo, Dr. Nilsom, Dr. Luis (Diretor do hospital de Paulo Afonso-Ba), José Pereira, Alcino Costa e Durval Rodrigues. Alguns destes horas dos Senhores são velhas raposas do cabresto político em Poço Redondo ou em regiões do Estado de Sergipe.

REFORMA AGRÁRIA: UMA VONTADE

Reforma agrária é uma questão, cuja essência localiza-se na esfera da instância política. Todavia, seu processo permeia a sociedade como um todo. Passa também pela área econômica e social. Exige para sua concepção e execução, componentes tecnológicos, estes a barcam os setores das ciências agrárias, econômicas, humanas e sociais.

Reforma agrária deve ser concebida como um processo, que tendo início numa política de reestruturação fundiária, deve envolver setores amplos da sociedade. Está inserida no contexto geral da luta das classes.

Neste artigo, pretendo expor, algumas ideias sobre questões de natureza técnicas e educativas, sem perder de vista seu conteúdo político, tratando-as como elementos da totalidade social.

1 - ARRANJO FÍSICO

Entendo por arranjo físico, num processo de reforma agrária, a parte referente a medição dos lotes, análise de solo e outros elementos da tecnologia agrícola, necessários ao assentamento dos agricultores beneficiados pelas desapropriações.

O arranjo físico de uma reforma agrária que pretende ser bem feita, requer a participação efetiva de agrônomos, técnicos agrícolas, topógrafos, geógrafos agrários, economistas agrícolas, veterinários, e economistas domésticos, arquitetos, engenheiros florestais e outros especialistas da área das ciências agrárias. Educados e, sobretudo, politizados para o desempenho de suas tarefas específicas. Todos eles devem estar imbuidos do espírito reformista, articulados entre si e compreendendo o processo de reforma agrária como um todo, sem nunca perder de vista a dimensão política desse processo.

Articulação dessa natureza e magnitude, é o que não vem o correndo com a implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária.

O impecílio fundamental que deve ser apontado, é a absoluta falta de vontade política do governo de fazer de fato uma reforma agrária. Claro, o governo que aí está não é popular, seu compromisso político foi feito com o grande capital nacional e internacional, com a burguesia agrária e os latifundiários. E não com os trabalhadores rurais sem terra, com

o proletariado urbano e industrial e, muito menos, com a massa da população pobre do país.

As questões técnicas inerentes à reforma agrária, devem ser entendidas nesse contexto das relações sociais e políticas.

Do ponto de vista estritamente técnico, deve se entender que no Brasil nunca foi feita uma reforma agrária, logo não há uma experiência empírica acumulada. O Know How que o INCRA domina foi adquirido a través da colonização planejada, feita no Centro Oeste e no Norte do país, por sinal, elitista, com relação ao campesinato pobre dessas regiões e desastrosa para a economia nacional.

O INCRA, além de não possuir uma experiência prática em reforma agrária, é um órgão governamental totalmente desaparelhado para cumprir essa tarefa. Falta-lhe quase tudo: recursos econômicos, técnicos, pessoal, equipamentos etc.

Posto isto, como se pode pensar na implantação da reforma agrária à maneira da colonização planejada? É um contrassenso. Feito dessa maneira, o processo de implantação da reforma agrária torna-se excessivamente demorado, desgastante politicamente para o administrador, cansativo para o público beneficiário e economicamente inviável. Desejamos a reforma agrária para a geração presente e não para um futuro longínquo e imprevisível. O lema é: reforma agrária já! Para ontem se fosse possível!

Como fazer para resolver a questão do arranjo físico da reforma agrária? Questão, aliás, menos complicada do que a política.

Esse problema será parcial ou totalmente resolvido, dando-se liberdade de ação aos trabalhadores rurais selecionados para serem assentados numa área desapropriada. Que seja dado ao futuro parceleiro, o direito dele mesmo, medir, na vara, o seu lote, de fazer opção de escolha entre a propriedade parcelar ou comunitária, que se respeite o conhecimento prático do roceiro acumulado ao longo de muitas gerações.

Engels, examinando a função econômica das classes sociais, constatou que a única verdadeiramente necessária ao processo produtivo é a classe trabalhadora. E conclamou a burguesia improdutiva a retirar-se da produção dizendo: "retirem-se! Dêem à classe operária a chan-

POLÍTICA

ce de demonstrar de que é capaz!" (ENGELS, Friedrich. *Classes Sociais Necessárias e Superfluas*, In: - *Temas de Ciências Humanas* 3. p.17.).

O mesmo deve ser dito em relação aos trabalhadores rurais. Dêem liberdade e oportunidade de ação ao trabalhador rural que vai ser assentado numa área desapropriada e verão do que ele é capaz.

Ele será capaz de demarcar a área geral desapropriada, seu lote (se for o caso), examinar o solo, escolher o tipo de lavoura a ser plantada, em síntese, iniciar a produção. Não sou daqueles que acha que o agricultor sabe tudo e o técnico não sabe nada e vice-versa. Mas a realidade fala mais alto, o INCRA não dispõe de batalhões de técnicos para lançar o campo. Não que falte técnicos em ciências agrárias no mercado de trabalho. Falta sim, por parte do governo, como já foi dito, vontade política para fazer a reforma agrária.

Se a questão fundamental é esta, compete ao trabalhador rural, ir fazendo a reforma agrária à sua moda, sem esperar muito pelos técnicos do INCRA.

2 - COMUNICAÇÃO

Outra questão técnica não menos importante, é a comunicação. Esta, por sua vez, não deve ser restrita apenas a mera didática grupal. Deve ser extensa à sociedade abrangente. Inicia-se com o debate político entre as forças reformistas e revolucionárias. Estas forças devem ganhar terreno político, tentando atrair para a causa, parcela da população indecisa ou omissa. Convencer a própria burguesia agrária que a reforma agrária é uma necessidade para o desenvolvimento do capitalismo.

Para essa tarefa, faz-se necessário a presença de especialistas em ciências humanas e sociais, dos políticos, de religiosos, líderes sindicais e comunitários, da comunidade rural em si. Trata-se de um processo educativo no qual, a sociedade como um todo, deve fazer opção pela reforma agrária.

3 - CONCLUSÃO

É claro que as forças anti-reformistas não estão dormindo, estão organizando suas UDR's, seus lobbys, suas milícias partitulares, mas este não é o aspecto técnico da reforma agrária, é seu lado político que será resolvido no confronto da luta de classes.

O lado técnico da reforma agrária, não pode ser entendido e muito menos resolvido, se não for entendida e resolvida a sua problemática política. Porque os argumentos de dificuldades ou impedimentos de ordem técnica, apresentados pelas autoridades responsáveis pela implantação da reforma agrária são, na maioria das vezes, bloqueios de ordem política. Em outras palavras, falta de vontade política do governo.

Rosemiro Magno da Silva.

DEPOIS DO XINGÓ NOVA BARRAGEM,



Consequências negativas, analisadas pela CHESF, resultante da formação do reservatório de Pão de Açúcar: Deslocamento não desejado de cerca de 3.200 pessoas (540 famílias) em a correspondente desorganização comunitária e da rudimentar estrutura de produção e trauma sentimental dos deslocados; Inundação de 520 hectares aptos para exploração agropecuária; Ameaça de extinção do camarão-pitu; Ameaça de extinção de algumas espécies que não se reproduzem em águas paradas, como a tubarana; e ameaça de desenvolvimento de vetores de doenças nas águas paradas das margens do lago, podendo-se citar: caramujo hospedeiro da esquistossomose e mosquito anofelino transmissor da malária.

A usina hidroelétrica Pão de Açúcar e seu reservatório serão implantados no Baixo São Francisco situando-se o eixo da barragem a cerca de 170 quilômetros do oceano Atlântico.

O Projeto Pão de Açúcar resulta da necessidade de regularizar as vazões turbinadas pela hidroelétrica Xingó, evitando que em decorrência do atendimento à curva de carga diária do mercado de energia elétrica da CHESF quando a Usina Xingó estiver operando acima de 3.000 MW sejam liberadas vazões que provocariam no Baixo São Francisco variações de nível d'água significativas.

O Reservatório de Pão de Açúcar recebendo descargas variáveis será operado de modo a liberar vazões regularizadoras para o trecho final do Rio São Francisco onde se situam várzeas cultivadas em ambas as margens.

Somente com a construção da segunda etapa do Projeto Xingó é que se tornará necessário o Projeto Pão de Açúcar. Não há definição de datas para a segunda etapa e muito menos previsão da época da supermоторização para a elevação da potência total. O Projeto Pão de Açúcar poderá ser antecipado não por sua característica de modulador de descargas diárias no Baixo São Francisco e sim pela sua capacidade de gerar anualmente um mínimo de 2.000.000.000KWR.

O futuro Reservatório de Pão de Açúcar o lago se estenderá dos arredores da cidade de Pão de Açúcar (AL) ao Xingó numa extensão de cerca de 40 km.

Serão inundadas terras dos municípios alagoanos de Piranhas e Pão de Açúcar na margem esquerda e dos municípios sergipianos de Poço Redondo e Canindé do São Francisco na margem direita.

EXPEDIENTE

Registro no Livro 7, fls. 121, Nº 255, a 08/10/1941. Cartório do 10º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, em Aracaju.

Órgão Informativo da Diocese de Propriá.

Diretor Responsável: D. José Brandão de Castro.

Equipe de Redação: Carmelita, Lourival Júnior e Hildebrando Maia.

Redação: Pça. Rodrigues Dória, 73, 49900 Propriá Se

Tiragem: 1000 exemplares.

Assinatura:
Dentro da Diocese Cz\$ 20,00
Fora da Diocese: Cz\$ 50,00
Apoio:..... Cz\$ 80,00

BIBLIA E VIDA

MULHER,
POR QUE CHORAS ?

O país vive um clima de profundas apreensões. Já não é possível ignorar ou esconder por detrás dos grandes quadros de propaganda das multinacionais a dolorosa situação de vida do povo. Ninguém consegue fazer acreditar que as uvas são tão azedas somente porque o verão ainda não chegou. Os contos da Carochinha ficaram para os serões das nossas bisavós, quando ainda não havia a possibilidade de comunicação que temos. Hoje, vive-se a crua realidade da vida: planos econômicos que tornam supérfluas as panelas, os fogões, o agasalho, a habitação, a escola, os hospitais, os supermercados, quase diria, tornam supérflua a vida de milhões de brasileiros.

Contudo, a história está grávida: A aurora de um novo dia se aproxima. Os primeiros sinais luminosos estão apontando no horizonte, embora encoberto por neblina...

As lágrimas da mulher favelada, agricultora, operária, desempregada, empregada doméstica, boia-fria formam um rio de águas vivas, fervilhantes, que, certamente, fecundarão o solo e lavarão a sujeira que está contaminando a vida neste país.

Mulher, "por que choras?"
(João 20.15). Levanta-te! Vai!
Reúne tuas companheiras! É pre-

ciso fazer reverter os caminhos da história. O futuro de teu país passa pela tua luta, pela tua organização. Não acredites que o livro que tu não leste contém proposta melhor do que a tua. A vida está em tuas mãos. Acredita em tua força.

Mulher, por que choras? Levanta-te! Vai e anuncia: A terra é de todos; o trabalho, o fruto do trabalho, os bens produzidos devem estar a serviço da vida. AS casas são para serem habitadas. O trigo, a farinha, o pão foram feitos para saciar a fome dos filhos gerados por ti.

Mulher, por que choras? Levanta-te! Escolhe o bem! O progresso que não serve para melhorar a vida do povo é falso, enganador e transitório. A ciência que é ciência posiciona-se do lado da vida.

Mulher, por que choras? Autoridade que não se preocupa com o destino do povo, é usurpação de poder. Orienta-te pelo temor de Deus e salva o povo da destruição e da ruína (Ex 1, 21): Como poderias ser testemunha passiva da infelicidade de teus filhos?

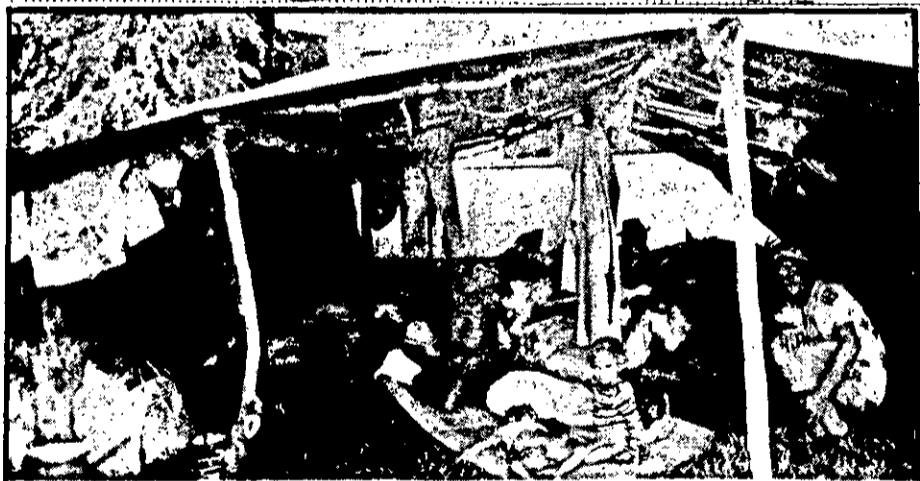
Mulher, por que choras? Por quem procuras? Vai aos meus irmãos e dize-lhes: Subo para o meu Pai e vosso Pai, meu Deus e vosso Deus (Jo 20, 15. 17).

É preciso libertar o mundo da situação de violências que impede aos homens de se olharem com amor, sem agressividade, sem disfarces...

É preciso reabastecer o mundo não com petróleo mas com a energia revitalizadora de Cristo Ressuscitado, capaz de renovar todas as coisas.

Maria Thereza Thile
CEBI
93.010 -São Leopoldo/RS

PERMANECE ACAMPAMENTO EM PROPRIA



Hoje, com quase um mês que os sem terra acamparam na fazenda Morro do Chaves, em Propriá-SE a situação das 55 famílias, cerca de 150 pessoas tem se agravado por falta de decisão dos órgãos competentes.

Após terem sido despejados da área que ocupavam dentro da fazenda, na manhã do dia 26 de julho pela polícia militar, as famílias passaram a acampar ao lado do Estádio estadual governador João Alves Filho, junto da terra reivindicada.

As famílias acampadas decidiram por unanimidade, que a única forma de pressionar o INCRA, para apressar o processo de desapropriação, como também chamar atenção dos outros órgãos governamentais e da população para a situação em que estão vivendo, seria acampando na sede do INCRA em Aracaju.

No dia 30 de junho as famílias chegaram a Aracaju, só retornando a Propriá no dia 2 de julho, com o compromisso do Dr. Manoel Hora, superintendente do INCRA, que uma equipe do INCRA iria fazer uma vistoria na área no dia 22 de julho.

De volta ao acampamento as famílias passaram a conviver com tratores de esteira que reviravam a terra arrancando as árvores pela raiz, prejudicando a fertilidade do solo. O IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) esteve na área e constatou o desmatamento, obrigando os donos da terra a parar com a ação.

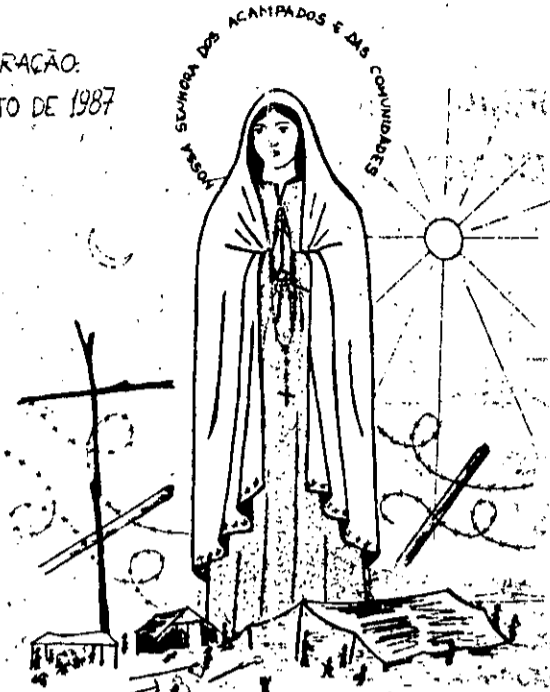
A equipe do INCRA esteve na área, nos dias 14 e 15 deste mês, para fazer a vistoria. Os técnicos farão um relatório do que constatarem e apresentar a Comissão Agrária, que tem poder de aprovar a desapropriação.

VAMOS COMEMORAR

ANO MARIANO

DIOCESE DE PROPRIÁ/SE

CELEBRAÇÃO
16 DE AGOSTO DE 1987



FAÇAM O QUE
JESUS MANDAR

Jo 25

A Diocese de Propriá se prepara para comemorar condignamente o ANO MARIANO, exatamente no dia 16 de agosto, quando a Igreja vai celebrar a assunção de Nossa Senhora ao céu.

A Rádio Jornal de Propriá solidarizando-se com a realização desse evento, vem colaborando, há quase um mês, levantando aos seus ouvintes; uma mensagem nossarazão pela qual queremos apresentar aqui nossos agradecimentos à inteligente equipe que a dirige e a leva ao ar.

DEVOÇÃO POPULAR

Aqui, como em outras regiões do Brasil, há também uma acendrada devoção à Santa Mãe de Jesus. Esta devoção se manifesta não apenas ao ensejo das grandes comemorações marianas nas igrejas ou nas praças públicas, mas até mesmo no recinto das casas, onde se encontra geralmente um quadro de Nossa

Senhora.

Em Japoatã Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha, Poço Redondo, Brejo Grande, Canhoba, N. Sra. de Lourdes, Gracho Cardoso, Itabi, Telha, Japarutuba, sem contar os inúmeros povoados de cada um dos municípios da Diocese, a Mãe de Jesus é veneradíssima por todos os fiéis, como Padroeira principal da Comunidade.

GRANDE CONCENTRAÇÃO

Esta é a razão pela qual se realizará, na data acima referida, uma grande manifestação de fé, na sede Diocesana, com a presença de representantes de todas as paróquias e seus respectivos povoados. Essa concentração vai revelar também que a força moral, que o nosso homem do campo vem demonstrando para surpresa geral na luta pela terra, é uma consequência de sua fé em Jesus Cristo e em sua Mãe Santíssima.

+ José, Bispo de Propriá.

REFLEXÕES

DE UM ASNO

Antigamente se dizia: "Vá se queixar ao bispo". Hoje se diz: "A culpa é do bispo".

E na manifestação pública... discurso vazio...
- É preciso pagar melhores salários aos professores.
Epa!... esquecemos nosso colégio.

"Se nossos governantes - opinam um conhecido - tivessem experiência em balcão, não haveria esses pacotes vagabundos por aí".

Sonhador é um sujeito que está sempre com os pés no chão e o olhar na realidade.

Responda depressa!
Basta trocar de camisas para mudar o time?

"A salvação do mundo - diz o poeta louco - está no amor. Por isso não há salvação".

Algumas construções modernas caracterizam-se por facilitar a vida das pessoas. Outras, por dificultar mais ainda.

O mau-gosto estético chegou a Propriá.

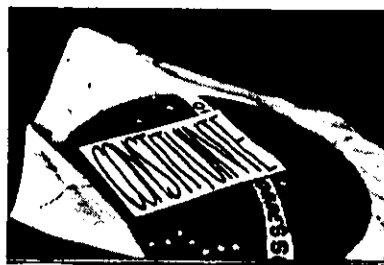
Na antiga Roma, havia pão e circo. Aqui, falta-nos o pão.

Genivaldo.

CONSTITUINTE:

MOMENTO ATUAL

QUAIS



O MIGRANTE EM BUSCA DA TERRA

A cada ano que passa a população de Brejo Grande (SE), está sendo obrigada a migrar, seja pelas péssimas condições de saúde e moradia, fome e desemprego, ou por falta de terra para trabalhar. Industrias não existem e o comércio local é insignificante, a população sobrevive do plantio do arroz e do côco. Mas como viver dignamente se a terra está concentrada nas mãos de uns poucos, às custas da exploração do trabalho da maioria.

Na verdade a maioria do povo de Brejo Grande nunca teve terra, como nos contou um lavrador: "Aqui era um grande Engenho e nós era cativos, mesmo depois da libertação ficamos trabalhando para os Senhores". Para muitos a alternativa é partir na busca de novas terras no Maranhão ou o corte da cana em Capela. Muitos embarcam para o Rio de Janeiro e São Paulo, na esperança de encontrar emprego e melhorar de vida. Isso pode ser comprovado pelos dados do próprio IBGE, quando no censo de 1980 a população de município era de 7255 habitantes e as estimativas de 1985 apontam um decréscimo para 6936 habitantes.

O trabalhador rural de Brejo Grande é um eterno endividado. Os poucos proprietários arrendam a terra para o plantio do arroz, o lavrador e sua família entra com a mão de obra; o dinheiro para as despesas de plantio, colheita e alimentação é tomado emprestado ao dono da terra. Após a colheita, soma-se o que foi tomado emprestado e acrescentam-se os juros, divide-se a meia que não é meia, o honrado trabalhador que produziu ainda fica devendo.

No município existem em torno de 1565 residências, sendo que 1412 casas não possuem instalações sanitárias. Da população que está trabalhando a penas 2.249 pessoas ganham até um salário mínimo, e 1953 pessoas não possuem nenhum rendimento mensal. As pequenas propriedades com menos de 30 tarefas chegam a 1527, ocupando uma área de 2243 hectares, as que possuem menos de 330 tarefas chegam a 126, ocupando uma área de 3.370 hectares; as que têm até 3.300 tarefas são apenas 8 propriedades; e somente uma propriedade com mais de 8922 tarefas. Estes dados sobre as propriedades rurais não são confiáveis, pois em geral os dados declarados no INCRA não são verdadeiros.

Muitos trabalhadores já descobriram que a solução não é migrar, é resistir e conquistar a terra. Isso pode ser comprovado pela movimentação em que se encontram os sem terra de Brejo Grande, pelos documentos entregues no INCRA, a ida de comissões por 4 vezes ao INCRA.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais está nas mãos de pelegos, cabendo a oposição sindical puxar a luta dos trabalhadores. O governo e os órgãos públicos precisam adotar urgentes medidas a fim de resolver os graves problemas de miséria, em que se encontra o povo de Brejo Grande. A solução mais justa e viável seria uma ampla Reforma Agrária.

REFORMA AGRÁRIA NA CONSTITUINTE



Dentre as grandes dificuldades assinaladas na atual conjuntura, ressaltando as complicadas crises econômicas, sociais e políticas, que ocupam espaços consideráveis no cenário nacional, há ainda a preocupação de que a Constituição em elaboração não corresponda aos anseios e necessidades de grande parte da população.

Uma das maiores expectativas, até agora, é em relação ao capítulo que trata da questão da propriedade, definindo as bases para a realização da Reforma Agrária.

Até o presente momento, o texto trabalhado pela Sub-comissão foi rejeitado na íntegra e o da Comissão Temática e o da Comissão de Sistematização colocam a Reforma Agrária em termos infinitamente mais obsoletos do que o próprio "Estatuto da Terra", que data de 1964. O texto, na forma em que se encontra nesta fase de elaboração da Nova Carta, expressa-se assim: "Art. 317 - O uso do imóvel rural deve cumprir função social. Par. Único: A função social é cumprida quando o imóvel: a) é, ou está em curso de ser, racionalmente aproveitado"... o que inviabiliza completamente quaisquer ideais de uma distribuição justa de terras e do reconhecimento da propriedade como função realmente social.

O país assistiu, no sábado, dia 10/07/87, em Brasília, manifestação promovida pela UDR (União Democrática Ruralista), que entre outras palavras de ordem, incluía o "não" à Reforma Agrária, o apoio total à iniciativa privada, a defesa do grande proprietário e a proteção ao latifúndio.

Usando argumentos próprios das alas políticas mais progressistas, Ronaldo Caiado, presidente da UDR, pediu eleições diretas para Presidente e Mandato Presidencial de quatro anos; misturou pequenos proprietários rurais levados por interesses materiais e discurso confuso, com grandes latifundi-

ários; também, mostrou a Assembléia Constituinte que a ala direita é coesa, tem objetivos bem definidos e metas traçadas para alcançá-los.

Num momento, em que grande parte das manifestações populares se dá em clima de tensão e apreensão, a UDR coloca tranquilamente milhares de pessoas nas ruas e faz, cara a cara, uma afronta à soberania da Constituinte.

SITUAÇÃO DE DESESPERO E INSEGURANÇA

Continua a reinar um clima de perplexidade geral da nação em relação à grave situação conjuntural em que se encontra o país. Nunca a situação econômica apresentou-se tão caótica, nunca o povo sofreu tanto as consequências do processo recessivo. Sem dúvida alguma pode-se classificar a situação nacional como emergencial, urgindo sair em busca de soluções que aliviem as tensões presentes nas áreas sociais, políticas e econômicas.

Configura-se extremamente complexa a análise de alternativas ou soluções neste momento de crise: ao mesmo tempo em que devemos percorrer atalhos que solucionem as questões emergenciais, não podemos esquecer de buscar perspectivas mais amplas, que garantam a realização dos ideais democráticos a longo prazo.

Este dilema se coloca claramente quando se analisa a própria condição da Assembléia Nacional Constituinte fazendo as vezes de Congresso Nacional, ou vice-versa.

Pode-se observar assim, a importância fundamental que deve assumir o Congresso Constituinte neste momento.

É de fácil comprovação que o Governo atual não tem metas definidas nem programas coerentes com os compromissos assumidos. Era de se esperar que tal acontecesse. É um governo de transição que não possui legitimidade ou apoio popular. Entretanto, o Poder Executivo assume, dentro de cenário político a face de poder único, suprime, definindo de maneira quase inconsequente os destinos da nação através de uma série de decretos e decisões políticas, econômicas e sociais, lançados de formas totalmente aleatórias. É o Congresso Constituinte, através dos atuais deputados e senadores, o único representante legítimo do povo, e que tem a dupla função de se manifestar a respeito de questões urgentes da conjuntura do país e estabelecer a nova ordem constitucional.

CAMPANHA CONTRA PROJETO DA CONSTITUINTE

Ao denunciar, ontem, o que

qualificou de "samba de uma ladeira", referindo-se à campanha orquestrada para ridicularizar o 'anteprojeto de constituição' montado pela Comissão de Sistematização, o deputado pernambucano, Egídio Ferreira Lima, do PMDB, disse que as críticas se multiplicam nas redes de televisão, nos editoriais dos jornais, e se repetem na classe dominante. E acrescentou, que a mentira repetida, se torna verdade, e a opinião pública já começa a imaginar que nada presta no anteprojeto".

Para Egídio Ferreira Lima, o documento não está sendo combatido pelos erros que contém, mas pelos acertos, "que às vezes vão de encontro aos interesses da classe dominante". A Constituinte, todavia, fez trabalho inédito no Brasil, "não partindo de um texto pronto, mas do nada", realizando mais de uma centena de audiências públicas, com os segmentos mais explorados do país.

Quanto às falhas no anteprojeto, o deputado pernambucano reconhece que são normais e há veras condições para corrigi-las. E alerta que, se o texto não prestasse, as redes de televisão e os grandes jornais não estariam tão interessados em combatê-lo.

PROJETO PARA DATA DAS ELEIÇÕES



O deputado paulista Arnaldo Farias de Sá, do PTB, vai encaminhar à Mesa da Constituinte, projeto de decisão para definir dia 15 de novembro de 1988, como a data das próximas eleições presidenciais no país.

A medida, segundo explicou, objetiva acabar com a polêmica sobre o mandato do Presidente José Sarney, para que a Constituinte possa entrar, logo, na discussão dos temas, que realmente interessam à sociedade brasileira.

O projeto, segundo Arnaldo Farias de Sá, já contém as assinaturas de aproximadamente 120 parlamentares, e ele pretende completar 280 até o início da próxima semana. Quanto à data proposta, Arnaldo Farias explica, que coincide com as eleições para prefeito e vereador o que economizará verbas, com pleito conjunto num só dia. A proposta passará pela Comissão de Sistematização antes de chegar ao plenário, daí seu interesse pelas 280 assinaturas, que representam a maioria absoluta dos constituintes.